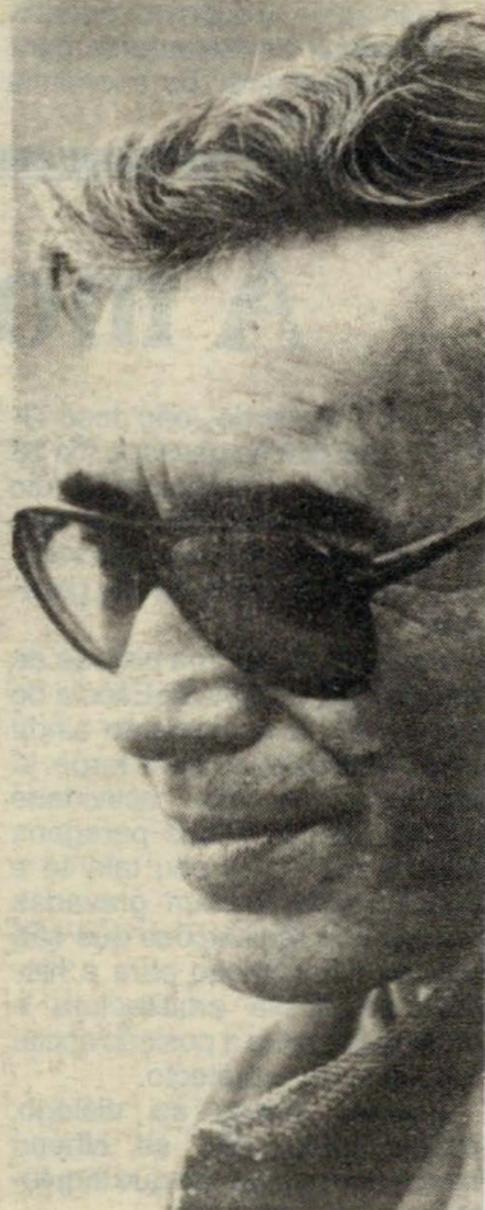


**José
Cardoso
Pires
fala
ao "DL"
do livro,
do prémio
e deste
país**

Em entrevista concedida a Maria Antónia Fiadeiro, em exclusivo para o «DL», José Cardoso Pires fala-nos hoje, nas páginas 10 e 11, do seu último livro, do qual está a vender-se «como milho» e lhe rendeu, para começar, os setecentos e cinquenta contos relativos ao prémio instituído pela Associação Portuguesa de Escritores para o melhor romance de 1982.



José Cardoso Pires:

Maria Antónia Fiadeiro

transposta dos factos reais, com os condimentos da imaginação, tal como a imaginação popular transforma os acontecimentos, acrescenta pormenores, adultera o facto.

Balada. Vem no dicionário. Vê-lha canção frequentemente uma canção popular que contava uma história e em que a música se repetia em cada verso, daí uma canção independente do tipo narrativo.

«Balada da Praia dos Cães», a dissertação sobre um crime, não a história de um crime. Independentemente do crime, através do crime, a duração do tempo, num país de inventores de «mentiras e pavoros», de intermediários do medo, de vítimas do terror.

que esteve sobre factos reais contemporâneos, conquistando para o território da literatura o direito de nele incluir dados da realidade. Alguns nomes, com apelido e biografia, recortes de notícias, referências bibliográficas, como convém a qualquer pesquisa, panfletos e fotografias.

Assim como a linguagem não é apenas material para a literatura, também a realidade não se reduz a matéria para ficção. Uma e outra são corpos vivos, realidades humanas, tal como o corpo da escrita e da palavra. Toda a realidade contém, como dado real, a ficção e toda a ficção contém, como dado cultural, a realidade. O que é que ultrapassa o quê, não é um problema da escrita literária. Em causa, definitiva-

Interessa saber qual o factor de apreciação de classe que prevalece.

Insisto. A literatura em socorro da História, daí a infiltração de um romance, «O Lobo do Mar», de Jack London, sublinhado e anotado, como elemento real, dentro de «A Balada»?

«A ficção romanesca explica-se pela extrema individualização dos fenómenos gerais, a história pelas interpretações colectivas. Penso que a ficção contribui para definir climas, temperaturas e perfis de uma determinada época. A literatura dá uma temperatura ao tempo, o cheiro de uma época.»

Ocorre-nos Braudel. «Todo o trabalho histórico decompõe o tempo passado e escolhe as

nea pode começar simbolicamente com a frase... «eu estava lá». E ainda Pierre Nora. «Precisamente nisto reside a oportunidade do historiador do presente: a transferência da mensagem narrativa às suas virtualidades imaginárias, espectaculares, parasitárias, tem por efeito sublinhar no acontecimento a parte não factual, ou antes de fazer do acontecimento, apenas o lugar temporal e neutro de uma emergência brutal, isolável de um conjunto de fenómenos sociais surgidos das profundezas e que, sem ele, teriam permanecido escondidos nos escaminhos do mental colectivo.»

Citações a propósito de «Balada da Praia dos Cães — Dissertação sobre um crime», um romance de cá dentro. José Cardoso Pires escreve entre a duração do tempo breve e do tempo de longa duração. Mudando constantemente de pontos de vista, altera simultaneamente os campos de visão. A permanente alternância entre a realidade e a ficção, introduz o espaço desse tempo, não apenas como um lugar onde se passaram as coisas, mas como um sítio que as produziu.

«A obra-prima do escritor português que (talvez) melhor conta e (com certeza) melhor escreve, disse-o Óscar Lopes, depois de avisar que a «Balada» era «uma entre as vinte ou trinta tentativas de compreender a situação actual, as tensões e a identidade daquilo a que chamamos Portugal».

A conquista da memória, em território da cultura, como acto de libertação, como uma proclamação de soberania? A reconstituição da vivência, mais do que a reconstituição da verdade?

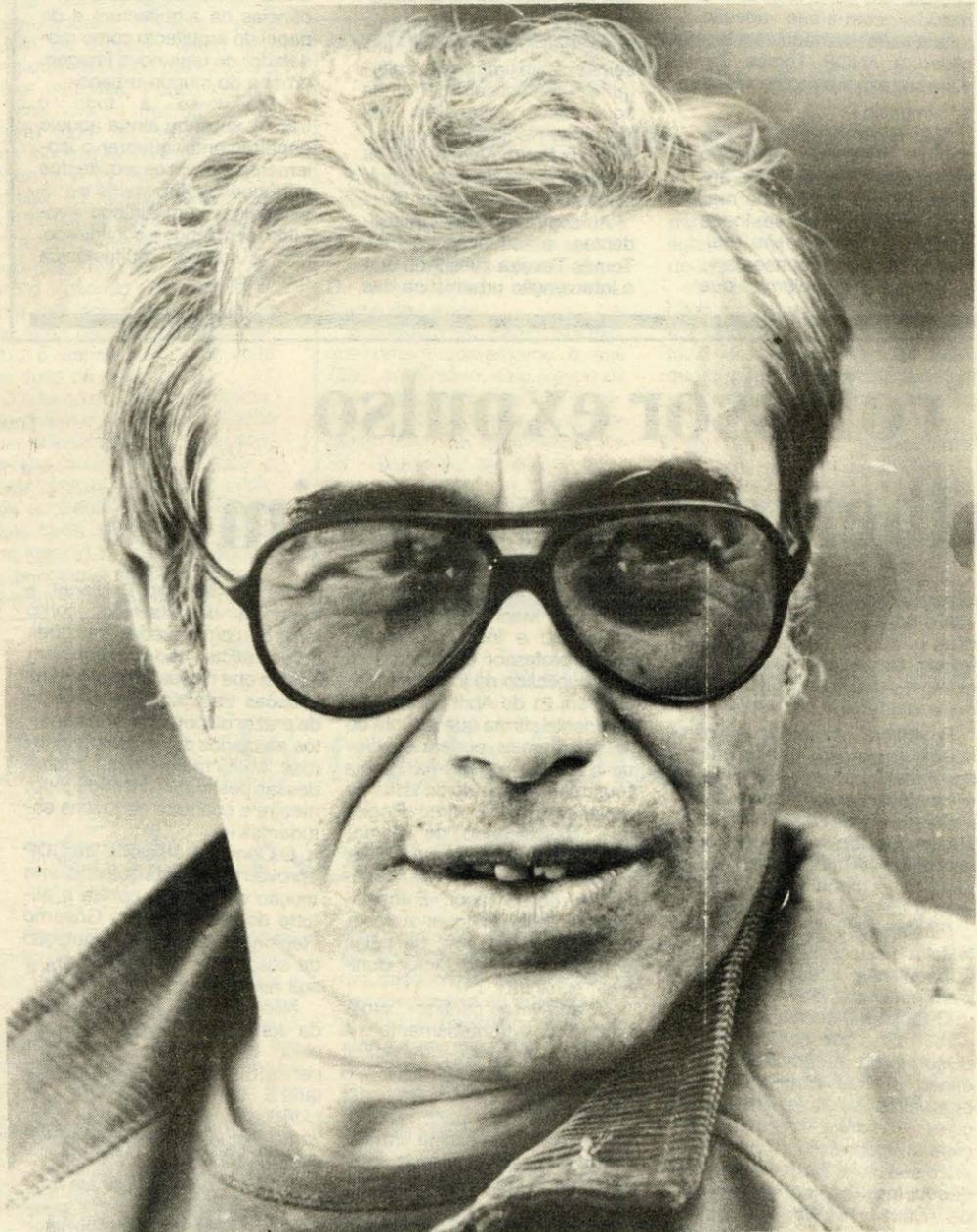
«Não quis dizer vejamos o que se passou, mas vejamos o que pode acontecer, vejamos os crimes de que podem ser comparsas. O que se pergunta é como é que a maior parte do país que estava contra a ditadura se refugia em soluções de circunstância. Que remorso é este de não ter evitado o isolamento daqueles tipos?»

Sentado, em mangas de camisa desportiva, José Cardoso Pires bebe em sossego, com vagares de imagens que se fixam. Fixa-se. O gelo dissolve-se no copo de Wisky. As folhas da salada de alface são colhidas do prato, à mão, como se desejasse, por momentos, não ser carnívoro.

O romance, penso, uma grande luta corpo a corpo. Entre a memória do terror e a libertação da escrita. Contra os donos da História e os inspectores da vida. Ofensiva da imaginação que penetra na intimidade do quotidiano, tornando-o público e devassando-o, como se tratasse da narrativa completa de uma certidão de nascimento. Como se o escritor fosse apenas um intermediário da verdade de vestígios apagados, de sinais desprezados, de registos não escritos e, portanto, supostamente não existentes.

Despojado de emoção, quase friamente, narra-nos factos cheios de sentidos e relata-nos sentimentos repletos de factos. Relata, recorta, cita, aponta, convoca, anota, retalha, recorda. Como se finalizado o romance, automaticamente, essa obra de ficção se transformasse em fonte histórica. O escritor: uma voz em «off». A escrita: um registo circunstanciado do imaginário e da memória.

Nove anos depois de Abril, uma «Balada» anda de mão em mão a mostrar que «não há ma-



«É um crime de órfãos da pátria, sem nada que os ligue já àquele país a não ser valores extremamente subjectivos e morais, interiores. Estão já só a lutar por princípios e não por coisas concretas. Naquele crime está o país todo, estamos todos nós. Está tudo em jaulas. Enjaulados em gabinetes, em quartos, em casas, em celas, com polícias por todos os lados, é o tempo da sociedade do terror burocrático.»

A Verdade essencial é o que me interessa

José Cardoso Pires explica-se, sem, se defender sobre a verdade dos factos históricos ainda recentes, ainda presentes, como protagonistas, ainda por aí. Melindrosa ousadia esta do escritor

mente, a velha advertência de que quando se fala da realidade se exclui a ficção e quando se escreve ficção exclui-se a realidade. **Talqualmente**, como diria uma personagem da «Balada».

A modernidade desta escrita parece estar nesta aposta, nesta concepção. E a História terá que anexar no seu terreno, («o domínio da experimentação do tempo humano»), a ficção?

«Quis fazer um romance. Sobre a verdade autêntica daquilo alguém há-de escrever um dia. O que me interessa é a verdade essencial. Qual a função de cada uma das verdades? Qual o factor de rendimento dessas verdades? Analisando a atitude de determinada classe ou determinada atitude individual, interessa saber porque escolheu determinado enfoque, porque se colocou em determinado ângulo.

A Balada está aí. Vende-se como milho, compra-se como pão. Leu-se o romance, falou-se com o escritor e fomos indagá-lo no que vinha dizendo desde os anos sessenta.

Dizemos que desse tempo a escrita foi feita e posta em dia, com uma Balada. Referimos o prémio, claro nome de toda uma literatura portuguesa que para aí anda a ser lida e descoberta, com inquieto alvoroço e com uma alegria linda.

MA enorme calma o envolve, não como ambiente. Um estado de espírito impregnado até à medula dos ossos — como se costuma dizer tanto do frio e tão pouco desse à-vontade feito bem-estar.

Não sei se é paz essa enorme calma que o imobiliza e quase o transfigura, com presença, num elemento físico da natureza. É porém algo que se vê pacificamente, assim como quem olha, debruçado, o trajecto único e íntimo que faz do percurso de cada rio um leito inviolável.

Também não sei se essa calma é enorme, nem saberia fazer comparações entre medidas e grandezas, mas quem se atreve a negar que o tempo de uma vida é sempre curto e que a noite parecerá sempre antiquíssima?

Saciado e liberto, apropriado de algo que lhe roubaram desde que se conheceu, neste «país português», como diz, português como adjectivo, assim o vejo, José Cardoso Pires, grande prémio da literatura portuguesa, do começo da década de oitenta, com a sua Balada, o seu primeiro livro após a liberdade de expressão conquistada.

A Balada estava por ali, como está por aí, nas mãos de milhares de portugueses (mais de 30 mil comprados) liberta, nacionalizada e pública, recém-nascida de um espesso passado, ainda obscuramente presente, na memória de outros tantos (e mais quantos?) habitantes compatriotas. Quem a leu, dizem-me e digo, chama-lhe sua.

Balada de uma praia. Ocidental e lusitana, com certeza, não sei com quantos quilómetros de litorais de areias quentes, para europeus em gozo de férias com divisas.

Balada de uma praia de cães. Cães. Juntos formam uma matilha, como os lobos, aprendemos na instrução primária, mas que também poderiam ser os densos bandos de vampiros que entoámos com Zeca Afonso, nos anos sessenta.

Um título de um romance que mais parece o nome de uma placa a assinalar, num mapa, um país em forma de rectângulo, com séculos de fronteiras históricas, geográficas... e humanas.

Escrevia, por essa época, Natália Correia, o poema «Queixa das Almas Jovens Censuradas»: «Penteiam-nos os crânios ermos/ Com cabeleiras dos avós/ Para jamais nos parecermos/ Conosco quando estamos sós». «Dão-nos um bolo que é a história/ Da nossa história sem enredo/ E não nos soa na memória/ Outra palavra para o medo.»

Sério, interiorizado e soberano, José Cardoso Pires não se cansa de repetir, citando uma frase do livro «O Salário do Medo», «este país não existe... eu estava lá», aparentemente rendido à provocação literária, dessa definitiva autonomia que é pertença exclusiva de uma personagem.

Estranha Balada esta em que o autor começa por transcrever uma parte do relatório de autópsia do cadáver de um desconhecido, antes da página do rosto, para logo a seguir, abandonando a fonte, mas na pegada, continuar, começando a investigação (literária) que será conduzida por Elias Santana, o Covas, chefe de brigada.

Para as Polícias a investigação do crime durará três meses e um dia, confirmam-se as datas dos capítulos. Para o escritor, esse investigador literário, a dissecação da política criminosa alonga-se por mais de duzentas páginas e pode-se dizer que elas abrangem cinquenta anos de medo bem pesados.

Um crime de órfãos da pátria

«Dissertação sobre um crime» é o subtítulo do romance onde o crime propriamente dito vem a ser a tragédia menor e onde «a sociedade do terror burocrático», na expressão do escritor, é esmiuçada com o encanto e rigor de etnólogo, com a paciência e criteriosa organização de um arquivista, com o espanto e respeito de um arqueólogo e com um virtuosismo literário que faz de cada registo de linguagem, escrito ou não, um evidente testemunho vivo, mesmo quando delegado ou transferido para os indirectos discursos dos relatórios, dos autos, dos processos, cheios de vestígios e de sinais, devidamente manuseados e escolhidos.

De todas essas ruínas, a partir de um cadáver, de uma autópsia e de documentos mortos, José Cardoso Pires levanta a memória deste país, cuja lembrança mais antiga, a localiza criança, numa aldeia natal do distrito de Castelo Branco: «da minha terra tenho uma definição apreendida e remota: um deserto de pedras, padres, polícias e pedintes».

O rendimento da sociedade do terror burocrático foi pago em espécie. Com medo humano de nobre gente e com a tirania da impotência engendrada pelo próprio terror omnipresente. A memória desse tempo de suspeitas, inquisições, inquirições, interrogatórios, liberdade, censura e vida vigiada é registada por zelosos funcionários da ordem, da moral e do dever, escriturários do medo, transeuntes da morgue, em papéis de verdades oficiais ou oficializadas.

A linguagem, as linguagens de todas as personagens da «Balada» são, nas suas variadas dimensões e registos, testemunhos em si de uma cultura e não apenas instrumentos de uma literatura.

O escritor, feito investigador objectivo da realidade literária, desafia polícias e inspectores — que os há em cada esquina — e a todos aprisiona dentro dos seus próprios mundos. Um mundo fechado por um terror que se multiplica concentricamente, como uma «boite chinoise», lembrará Cardoso Pires, num território povoado de ratos ofegantes e famintos que atacam pela noite e de cães amealhados ou assanhados contra destroços localizados à luz do dia.

A páginas 197. «Confissão circunstanciada, é assim que se cumpre a memória». É caso para perguntar: narrativa circunstanciada é assim que se faz a História?

«O crime que aconteceu ali — a morte daquele homem — é um crime colectivo. Ali estão todos os nossos medos, as nossas impotências, os nossos fantasmas. É a cobardia geral que mata o indivíduo. Quis fazer uma narração muito

Praia dos Caes

“o cheiro de uma época”

chado que corte a raiz ao pensamento». Nas mãos do escritor conheceu várias versões. Quatorze anos medeiam entre este seu livro e o seu último romance, «O Delfim». Contas de aritmética, claro, que nada têm a ver com este ajuste de escritas de um cidadão escritor com o seu país de origem. Uma autópsia generalizada ao medo difuso e propagado, disperso e seguro, oficializado e autenticado. Uma autópsia literária da verdade que se esconde na mentira, que se escapa nas entrelinhas de um pensamento, que espreguiça nas frestas de um desejo, que se instala nas frinchas da obsessão, nas dobradiças de vulgares quotidianos.

Uma imagem rigorosa e significativa do nosso tempo, é possível?

Quatorze anos entre o Delfim (1968, nove edições em Portugal, outras tantas versões estrangeiras) e a «BALADA DA PRAIA DOS CAES». Os elementos para o romance o autor confessa-nos que os possui desde 61. Em 1964 ganha o Prémio Camilo Castelo Branco, da Sociedade Portuguesa de Escritores. Temos que ouvi-lo, desde esse tempo, pelo menos, ou não declarou alto e bom som que «viver um livro e escrever a vida era um compromisso contraditório com que se alimentava?»

Em tempo: sabemos que o Grande Prémio de Romancé e Novela da Associação Portuguesa de Escritores foi atribuído a um romance e não à obra do escritor. Não há razão, suponho, para que se olhe para a «Balada» como se se tratasse de um prémio Revelação e não se indague o percurso de um escritor, já consagrado nacional e internacionalmente, há um bom par de anos. Pelo menos, este foi o nosso critério: ouvi-lo desde que possui os elementos (os processos e relatos) sobre o crime que produziu a «Balada».

Aquando do Prémio Camilo Castelo Branco, em Maio de 1964:

«A verdade, porém, é que estamos dispersos em arquipélagos e que, por isso mesmo, vivemos uma realidade amputada. Escrevemos sobre um universo cuja face mais significativa é de tal modo sombria e avassaladora que domina todas as outras — a face em que o Pão e a Inteligência são consentidos, não fomentados... Criou-se, portanto, uma pátria de dois hemisférios, e num deles, uma forma de exílio cívico que é o mais terrível dos males no duro ofício de escrever. Sem acesso à informação e sem intervencionismo ao nível da colectividade, o romancista, o poeta ou o historiador dificilmente dispõem dos meios de correcção quotidiana que são indispensáveis a uma justa visão da pátria e a uma avaliação de si próprio... Nestas condições, poderemos nós transmitir com profundidade uma imagem rigorosa e significativa do nosso tempo em termos de Literatura? Eis uma pergunta que a mim próprio faço muitas vezes.»

Em Outubro, uma prosa cortada pela censura, no «Diário de Lisboa», começava assim:

«Graças vos dou, deuses do Acaso, pela Vossa Providência: porque apesar da cartilha, da regra e do infortúnio que «retraíram» a minha alegria escolar, me foi concedido o gosto de

admirar a palavra e de a sentir como coisa viva, pegada ao tempo, porque esqueci muitos ensinamentos e nomes de heróis que os «compendios» davam como imortais e eram apenas mortos...»

Estreia-se, entretanto, o «Render dos Heróis». Em 66 faz parte do núcleo português da Associação Internacional para a Liberdade da Cultura, como resistência cultural à repressão peninsular. Em 1967 funda e orienta ETC, magazine de Letras, coordenado por Victor Silva Tavares. Em 1968 publica «O Delfim» e dirige o Suplemento Literário do «DL». Em 1969 lança o Suplemento «A Mosca». Depois, vai para Londres, como professor do King's College. Em conferência aí pronunciada sobre o romance «O Delfim», escreve:

«Numa das possíveis notas de trabalho do Narrador de «O Delfim» encontro que: nas sociedades fechadas, sociedades predominantemente masculinas em que o cidadão é destituído de autoridade cívica e de influência social, os exhibitionismos da virilidade são compensações dessa desautorização. Subdesenvolvimento cultural, compressão religiosa e renúncia à realidade erótica são três pontos de fé dessas mesmas sociedades...»

Em 1970 pega finalmente dos elementos que lhe tinham ido parar às mãos, em 61. Além dos processos, «um relato de 22 páginas escrito por um jovem que meses antes fora condenado a pena maior como co-autor de um homicídio», como se informa no Apêndice de «A Balada». Dessa primeira versão, tipo romance reportagem dirá: **Abandonei-a. Não era isso que queria fazer. A carga informativa hayeria que ser igualmente densa mas a liberdade de ficção teria que ser incondicional.**

Portugal, 420 anos de Censura em cinco séculos de Imprensa

É de 1971 o prefácio para o Álbum «Gente» de Gageiro: «Lá vai o português, diz o mundo, quando diz, apontando criaturas carregadas de História que forragem à margem da Europa (...) Lá vai o português, lá anda. Dobrado ao peso da História, carregando-a de facto, e que remédio — índias, naufrágios, cruces de padrão (as mais pesadas). Labuta a côdea do sol-a-sol e já nem sabe se sonha ou se recorda. Mal nasce deixa de ser criança: fica logo com oito séculos...»

Durante o ano de 72 José Cardoso Pires, (neste itinerário, aqui, picado) mantém colaborações nos jornais, entre elas, as Crónicas de Londres para o «DL» e publica em versão inglesa e francesa o texto «Técnica do Golpe de Censura», escrito em Lisboa entre 70/71, que só viria a ser editado em Portugal em 1977. Vale a pena recordar:

«Portugal, 420 anos de Censura em cinco séculos de Imprensa, representa uma experiência cultural à taxa de repressão de 84%.

Ao longo de gerações e gerações, através de monarquias e impérios, de inquisições e ditaduras; arrastando silêncios, arrastando exílios, uma lenta processão de mártires desfilou por esse inculcável corpus de naufrágio que são os milhares de quilómetros de textos lançados às fogueiras e aos arquivos.

Todo este percurso tem a grandeza de uma resistência que se tornou histórica e dia a dia renovada com ardis e exemplos de insubmissão. Mas, dia a dia, também, a Censura foi-se instituindo como uma tradição repressiva, cada vez mais apurada, que no regime de Salazar acabou por atingir uma coerência técnica bem definida (...) empenhou-se em fazer da Censura uma sintaxe do pensamento colectivo, uma autêntica profilaxia do Estado que não visava apenas a controlar mas a criar formas de mentalidade adaptadas ao Poder (...) como primeiro objectivo procurou confinar as cidades culturais e todo o País, todo, a um isolamento que lhe facilitasse em imposição violenta das suas regras (...) actuando por eliminação da verdade toda a censura impõe a mentira por omissão. Oficializa-a.»

Exemplos paradigmáticos das ventosas dos tentáculos da Censura são dados, nesse texto: à proibição das notícias das caçadas que Américo Tomás realizava com frequência; a notícia de transição de um ministro para a administração da banca privada, o que era considerado o foro privado. Divulgar a poluição da Sacor era proibido. Nos relatos de futebol qualquer crítica à actuação do árbitro era considerada insinuação contra a autoridade... As previsões pessimistas nas colunas de astrologia referentes ao signo do Touro, signo de Salazar, não escapavam ao lápis azul...!

É nesse ano de 72 que se acende, entretanto a polémica, na Assembleia Nacional, a propósito de «Dinossauro Excelentíssimo», entretanto publicado.

Em Maio de 1974, José Cardoso Pires é director adjunto do «Diário de Lisboa». Sairá em 76 para se dedicar exclusivamente à Literatura.

Em 78/79 estreia-se «Corpo-Delito na Sala dos Espelhos», peça de teatro mal sucedida que comentará na Imprensa, nos seguintes termos: «era um aviso. Um aviso e também uma memória visto que um País tão brutalizado por uma Polícia como esta sabe que ela não foi condenada, mas apeada. Pior ainda: tolerantemente arquivada (...) o medo era uma moeda de tal maneira forte, que actuava por via burocrática e por todos os meios, e que obrigava a colectividade a uma máscara permanente.»

Em 1977, José Cardoso Pires debate-se ainda com a necessidade vital de dar «uma imagem rigorosa e significativa do nosso tempo». Do texto, «e agora José?», que dará o título ao livro publicado em 77, fumando ao espelho, «solidão dobrada», Cardoso Pires indaga e indaga-se. «Mas José é José. Entre outras coisas advinha que o quem despedir de passado para que não reconheça o presente que lhe enviam pelas costas, e defende-se. Concita mortos, exemplos (...) Pensar ao espelho, ver para lá, ver para trás: os mortos não vingados, o carrossel do medo, ver ainda ontem o arco-íris da madrugada aberto em cravo (...) no país dos vinte capitães (...) que abriram o livro e a estrada; foram-se às prisões, soltaram-nos à palavra e a mão. Que dias, Pai da vida!»

Palavra e mão solta, em 80/81 Cardoso Pires lança-se à 2.ª versão de «A Balada». Em Se-

tembro de 82, trabalha e dá por finda a última versão, a definitiva.

A mão sobre o tempo, por cima da escrita

A conversa sobre a «Balada», há muito que tinha terminado. A falar sobre a «Balada», sobre este «país português», há muitos anos que vinha falando, moendo e remoendo. Cinco séculos da História, quinhentos anos de censura, cinquenta anos de medo... lá vai o português, lá anda... já não sabe se sonha ou se recorda...

A «Balada da Praia dos Caes» parece vir encerrar este ciclo de uma ditadura feita de Censura e Medo, apoiada num único artigo constitucional — o Artigo oitavo de 33 — que conseguiu manter-se tanto tempo no poder e fazer cerco a uma resistência tenaz, criando vítimas e carrascos em consciências passivas e activas.

Ajuste de contas? Sim. Se o entendermos como um ajuste de escritas, por entre registos de História e memórias conservadas. A quem interessa saber se sonha ou se recorda? Que importa cotejar agentes da polícia e agentes da história, pessoas com personagens? A liberdade de ficção é incondicional. Quer dizer: sem medidas de segurança.

Importa é verificar que movendo-se no próprio território da administração burocrática do terror, por entre papelada, José Cardoso Pires administra a escrita, com uma coerência apurada entre o corpo da palavra e corpo da lei, o corpo da linguagem e o corpo social, numa obstinada, arguta e vital indagação da verdade essencial. Sem medo de descobrir personagens, sem medo das personagens descobertas. Com a mão na escrita, sobre esse tempo, fisicamente sobre esse tempo, quer dizer, por cima e acima, pegalhes pela palavra e palavra puxa palavra...contas são contas, é feito a escrita. Aquando da entrega do Grande Prémio/82:

«Uma coisa me parece mais que evidente: a consciência de que a literatura tende a romper a estrutura autoritária e a tornar-se conjectural, no seu processo de afirmar e que nessa evolução está envolvida fatalmente a linguagem constituída. Quando ainda agora falava de acasos e de iluminações queria referir-me a certos momentos que ocorrem nessa abertura da narração, na transfiguração das correspondências aparentes entre o facto e o vocábulo — é isso que faz feliz a não do escritor.»

A escrita posta em dia, a imagem desse tempo dada. Por entre o papel da história, por entre o papel da escrita, por entre factos e vocábulos. Ao fechar a última página da «Balada» fecha-se uma página da história?

A História não é irreversível e pode sacrificar gerações e gerações. Um movimento, para mim, é o que acelera o tempo. Qualquer progresso é função do tempo. A curva histórica é o rendimento em função do tempo. O desgaste de cidadania é muito e o tempo está a ser muito grande para certas conquistas. Não se pode passar a vida a elogiar a capacidade de compreensão e sacrifício do povo português. Isto é anulação de um povo. É o elogio pelo lado contrário. Não se pode passar a

vida a elogiar a capacidade de maturidade política e cívica do povo português, que sempre tem votado à esquerda e nunca viu o seu voto no poder.

O poder da palavra liberta

Aprisionado o tempo passado com as algemas das palavras e com as impressões digitais das linguagens, pressente-se que, aliviado, as suas cogitações se projectam inteiramente para um futuro e que é só nessa dimensão lhe interessa olhar o presente, que se apresenta.

Vem-me à memória o Lagarto Lizardo, a fazer parte da história, transformado em animal doméstico, dentro de um aquário, de areias desérticas e oiço o apontamento musical de «A Balada», «passagens de zarzuela, e trechos avulsos entoados pelo chefe de brigada Elias Sanrana, o Covas, durante o seu passeio nocturno: La Violetera/O Último Couplet», entre outros.

As mãos do escritor movimentam-se espalmadas por cima da mesa, em voo rasante, cadenciado e lento, para cima e para baixo, para a frente e para trás, como se quisesse de novo apalpar o tempo, sentir-lhe a presença, medir-lhe a distância, marcar dedadas.

Contas são contas, mesmo com a palavra. A palavra do documento, a palavra da ficção a narrativa do acontecimento, a narração literária.

A sociedade do terror burocrático, vestiu-se de palavras para governar, prender, censurar, intimidar, torturar. Usou a palavra para mentir, e apavorar, para adiar e silenciar. No próprio território, da memória, e da palavra «Balada» põe a nu um grandiloquente imaginário, íntimo e oculto, e vai descobrindo destapando, descrevendo. Com lupa, quando é preciso, de binóculos, se for necessário e fareja por todos os lados e com todos os sentidos, o que está por detrás da palavra dita, escrita, ou transcrita, proclamada ou oficializada. Uma estratégia para escritas, numa guerrilha entre factos e vocábulos, pessoas e personagens. Como quem se recompõe do pandemónio deixado por um roubo, como quem se reconstitui através dos despojos de uma guerra, como quem renasce de um espólio pátrio.

O escritor (investigador, inspector, narrador?) deita a mão aos personagens e ora segreda, ora grita, ora pega, ora larga, para «desatar um a um os nós», do medo, repetitivamente, num vai e vem permanente entre a realidade e a ficção, entre o sonho e a recordação, entre uma e outra personagem, e ataca. Ataca com fúria de agarrar a presa e com fastio de ali ter tão à mão...como faz qualquer animal preso.

Vingança de português. Pegar na palavra, tirá-la do corpo e atirá-la à cara dum tempo português.

A Balada da Praia dos Caes, um romance escriturado. Uma escritura que é expressão de existência de uma literatura que é nossa e tem enredo. Do Romance poderia talvez dizer o contrário, do que disse do país: este romance existiu...eu não estava lá.

A alegria da «Balada» é esta: o prazer da escrita confunde-se com o prazer da descoberta. Não conheço outro poder da palavra liberta.